

Nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/89/M, de 20 de Março, e no uso da delegação de competências, conferida pela alínea n) do n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 85/91/M, de 20 de Maio, o Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas determina:

Parágrafo único. É nomeada representante efectivo da Direcção dos Serviços de Economia na Comissão de Inspeção das Instalações de Produtos Combustíveis, a técnica superior de 1.ª classe, interina, licenciada Ana Paula Wey Jinan Chong Cardoso.

Gabinete do Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas, em Macau, aos 28 de Setembro de 1991. — O Secretário-Adjunto, *José Manuel Machado*.

Despacho n.º 153/SATOP/91

Em virtude do abandono definitivo do Território do licenciado Paulo Fernando Tavares;

No uso da delegação de competências conferida pelo n.º 2 do artigo 1.º da Portaria n.º 85/91/M, de 20 de Maio, determino:

É exonerado, a seu pedido, o licenciado Paulo Fernando Tavares, delegado do Governo junto da «Hong-Kong Macao Hydrofoil Company Limited», com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1991.

Gabinete do Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas, em Macau, aos 28 de Setembro de 1991. — O Secretário-Adjunto, *José Manuel Machado*.

Despacho n.º 154/SATOP/91

Revisão do contrato de concessão, por arrendamento, do terreno com a área de 1 089 m², sito na Estrada de Cacilhas, titulado pela escritura pública outorgada em 16 de Junho de 1958, na Direcção dos Serviços de Finanças.

Despacho n.º 78/SATOP/89, publicado no *Boletim Oficial* n.º 33, de 14 de Agosto de 1989, e Despacho n.º 2/SATOP/91, publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, de 4 de Fevereiro de 1991 — nova redacção das cláusulas primeira e quarta destes despachos, respectivamente — reversão ao Território de 115 m² do terreno concedido, devido aos novos alinhamentos, (Processo n.º 61 313, da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, e Processo n.º 50/89, da Comissão de Terras).

Considerando que:

1. Pelo Despacho n.º 78/SAOPH/89, publicado no *Boletim Oficial* n.º 33, de 14 de Agosto, foi autorizada a elaboração da escritura do contrato de revisão da concessão, por arrendamento, do terreno sito na Estrada de Cacilhas, descrito sob o n.º 19 521 a fls. 184 do livro B-40 e inscrito a favor de Ho Wai Lam e Ho Wai Lai, com a área de 1 089 m², nas condições nele fixadas.

2. Posteriormente, na sequência do pedido dos concessionários para modificarem o aproveitamento do terreno, o Despacho n.º 2/SATOP/91, publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, de 4 de Fevereiro, autorizou que se efectuassem alterações às cláusulas terceira, quarta e quinta do Despacho n.º 78/SAOPH/

/89, assim como estipulou o pagamento de um prémio pela modificação requerida.

3. A escritura de revisão do contrato de concessão resultante da alteração introduzida por um e outro dos mencionados despachos ainda não foi celebrada, tendo sido remetida cópia do processo à DSF, para esse efeito. Todavia, nos termos do artigo 127.º da Lei n.º 6/80/M, de 5 de Julho, na redacção dada pelo artigo 1.º da Lei n.º 8/91/M, de 29 de Julho, aplicável a esse processo por força do disposto no artigo 4.º da mesma lei, tornou-se desnecessária a prática de tal formalidade.

4. Entretanto, o SOLDEP, através da informação n.º 75/91, de 26 de Março, veio dar conta da necessidade de se proceder a nova alteração do clausulado dos despachos referidos, relativamente à área da concessão a qual, em virtude dos novos alinhamentos, tem de ser reduzida para 974 m², revertendo ao Território 115 m², conforme se assinala, respectivamente, com as letras «A» e «B» na planta n.º 251/91, emitida pela DSCC, em 8 de Fevereiro de 1991.

5. A referida informação e a minuta de alteração seguiram a tramitação normal, tendo sido enviadas à Comissão de Terras que emitiu parecer favorável em sessão de 9 de Maio de 1991, deliberando, porém, alterar a redacção da cláusula primeira do Despacho n.º 78/SAOPH/89, e da cláusula quarta do Despacho n.º 2/SATOP/91, acordada no Departamento de Solos.

6. Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 125.º da Lei n.º 6/80/M, de 5 de Julho, as condições relativas ao aproveitamento foram notificadas aos requerentes e por estes expressamente aceites, mediante declaração prestada em 23 de Setembro de 1991.

Nestes termos, ouvido o Conselho Consultivo;

Em conformidade com as disposições do Título II do Anexo II da Declaração Conjunta Luso-Chinesa;

Ao abrigo do disposto nos artigos 129.º e 107.º da Lei n.º 6/80/M, de 5 de Julho, e no uso da delegação de competências, conferida pela Portaria n.º 85/91/M, de 20 de Maio, determino a reversão ao Território da parcela de terreno com a área de 115 m², assinalada com a letra «B» na planta n.º 251/91, emitida em 8 de Fevereiro, pela DSCC e defiro o pedido em epígrafe, ficando a concessão a reger-se pelos Despachos n.ºs 78/SAOPH/89 e 2/SATOP/91, com as alterações introduzidas pelo presente despacho:

Artigo primeiro

Pelo presente despacho reverte ao Território a parcela de terreno com a área de 115 m², assinalada com a letra «B» na planta anexa n.º 251/91, emitida em 8 de Fevereiro, pela DSCC, a desanexar do terreno descrito sob o n.º 19 521 a fls. 184 do livro B-40, da CRPM, concedido pela escritura pública de contrato de concessão outorgada em 16 de Junho de 1958.

Artigo segundo

A cláusula primeira do Despacho n.º 78/SAOPH/89, publicado no *Boletim Oficial* n.º 33, de 14 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção:

Cláusula primeira — Objecto do contrato

A concessão da área remanescente da descrição referida no artigo anterior, com 974 m², assinalada com a letra «A»

na mencionada planta da DSCC e de ora em diante designada por terreno, passa a reger-se pelas cláusulas constantes do Despacho n.º 78/SAOPH/89, publicado no *Boletim Oficial* n.º 33, de 14 de Agosto de 1989, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 2/SATOP/91, publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, de 4 de Fevereiro de 1991, que não contrariem o estipulado na presente alteração.

Artigo terceiro

A cláusula quarta do Despacho n.º 2/SATOP/91, publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, de 4 de Fevereiro de 1991, passa a ter a seguinte redacção:

Cláusula quarta — Renda

1. De acordo com a Portaria n.º 50/81/M, de 21 de Março, o segundo outorgante pagará a seguinte renda anual:

a) Durante o período de execução da obra de aproveitamento do terreno, pagará \$ 12,50 (doze patacas e cinquenta avos) por metro quadrado do terreno concedido, no montante global de \$ 12 175,00 (doze mil, cento e setenta e cinco) patacas;

b) Após a conclusão da obra de aproveitamento do terreno, passará a pagar o montante global de \$ 33 704,00 (trinta e três mil, setecentas e quatro) patacas, resultante da seguinte discriminação:

i) Área bruta para habitação:

7 019 m² × \$ 4,00/m² \$ 28 076,00

ii) Área bruta para estacionamento:

1 407 m² × \$ 4,00/m² \$ 5 628,00

Gabinete do Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas, em Macau, aos 2 de Outubro de 1991. — O Secretário-Adjunto, *José Manuel Machado*.

Gabinete do Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas, em Macau, aos 7 de Outubro de 1991. — O Chefe do Gabinete, *José Augusto Ferreira dos Santos*.

GABINETE DO SECRETÁRIO-ADJUNTO PARA A JUSTIÇA

Despacho n.º 10/SAJ/91

No uso das competências que me foram conferidas pela Portaria n.º 86/91/M, de 20 de Maio, e tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 4.º desta portaria, subdelego no administrador da Imprensa Oficial de Macau, António de Vasconcelos Mendes Lis, os poderes necessários para representar o território de Macau, como outorgante no contrato a celebrar entre o Território e a firma «The East Asiatic Company (Hong Kong) Limited», com vista ao fornecimento e instalação de uma fotocompositora «Linotype L300 Cora» e de um «interface» «Linotype Postscript RIP-4», bem como os respectivos acessórios, para a mesma Imprensa Oficial.

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Justiça, em Macau, aos 3 de Outubro de 1991. — O Secretário-Adjunto, *António Manuel Macedo de Almeida*.

Extractos de despachos

Por despacho n.º 22-I/SAJ/91, de 18 de Setembro:

Licenciada Maria Teresa Cerqueira Amaral Vieira da Silva — nomeada, ao abrigo do disposto no n.º 1 da Portaria n.º 86/91/M, de 20 de Maio, e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º e dos artigos 12.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 88/89/M, de 21 de Dezembro, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de assessora do Gabinete do Secretário-Adjunto para a Justiça, pelo período de dois anos e com efeitos a partir de 18 de Setembro.

(Dispensado de visto, nos termos do n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/89/M, de 21 de Dezembro).

Por despacho n.º 21-I/SAJ/91, de 27 de Setembro:

Maria Adelaide da Rocha Teixeira — nomeada, em regime de contrato além do quadro, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1991, para desempenhar funções de técnica auxiliar principal, 1.º escalão, do Gabinete do Secretário-Adjunto para a Justiça, nos termos do artigo 1.º da Portaria n.º 86/91/M, de 20 de Maio, e nos termos da alínea e) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 88/89/M, de 21 de Dezembro.

(Dispensado de visto, nos termos do n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/89/M, de 21 de Dezembro).

Gabinete do Secretário-Adjunto para a Justiça, em Macau, aos 7 de Outubro de 1991. — O Chefe do Gabinete, *Silva Teixeira*.

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E FUNÇÃO PÚBLICA

Extractos de despachos

Por despacho de 27 de Junho de 1991, de S. Ex.^a o Governador, anotado pelo Tribunal Administrativo em 20 de Setembro do mesmo ano:

Licenciado Fernando Manuel Cardoso Vaz de Medeiros — renovada a comissão de serviço para exercer o cargo de chefe do Gabinete Técnico Jurídico do Serviço de Administração e Função Pública, por um período de um ano, com efeitos a partir de 3 de Outubro de 1991, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 85/89/M, de 21 de Dezembro.

Por despacho de S. Ex.^a o Governador, de 19 de Julho de 1991, anotado pelo Tribunal Administrativo em 10 de Setembro do mesmo ano:

Licenciado Rui Manuel de Sousa Rocha, subdirector do Serviço de Administração e Função Pública — renovada a comissão de serviço naquele cargo, por um período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 1991, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 86/89/M, de 21 de Dezembro.

Serviço de Administração e Função Pública, em Macau, aos 7 de Outubro de 1991. — O Director do Serviço, *Manuel Gamero*.